

A contribuição dos estudos de gênero para a sociologia: percurso e visibilidade nas revistas generalistas

Bárbara Castro¹ 
Moema Guedes^{II} 

Introdução

A proposta inicial deste artigo era realizar um balanço sobre os estudos de gênero na sociologia brasileira. Outras competentes revisões bibliográficas já foram realizadas, apontando para a bem-sucedida institucionalização desse campo, que conta com duas revistas dedicadas aos estudos de gênero, a *Cadernos Pagu* e a revista *Estudos Feministas* (REF), ambas avaliadas com a nota máxima do sistema de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Qualis A1). As revistas são a parte visível de uma história construída com financiamentos internacionais e nacionais, políticas públicas e produção de conhecimento pelos movimentos feministas cujo impacto pode ser traduzido na formação de gerações de pesquisadoras e pesquisadores especializados, com desdobramentos importantes no que diz respeito à ampliação e à diversificação, nas últimas décadas, das temáticas tratadas (França; Facchini, 2017).

A despeito disso, Luiza Heilborn e Bila Sorj apontavam, no fim da década de 1990, para a presença discreta de artigos que tratavam sobre gênero se olhássemos para os periódicos generalistas de grande impacto das ciências sociais (Heilborn; Sorj, 1999). Tratava-se, como demonstraremos adiante, do impacto das revistas especializadas em gênero na dinâmica de publicações desse campo nas revistas generalistas.

Essa pista nos parecia produtiva. De 2000 para cá, após a publicação do artigo de Heilborn e Sorj (1999), a relativa baixa presença de publicações de artigos de gênero nas revistas generalistas das ciências sociais seguiria sendo uma tendência? Para pensar a relação entre gênero e sociologia, o que teria acontecido com as temáticas fundadoras do debate de gênero nos anos 1970 e 1980 no Brasil, trabalho e família? Teriam elas reduzido seu espaço nesse campo de estudos, como apontaram França e Facchini (2017)¹?

1 Destacamos que estamos considerando aqui gênero em um sentido alargado, levando em conta os trabalhos que mobilizavam debates sobre a “questão” das mulheres, a “condição” das mulheres ou relações sociais de sexo como constitutivos do campo. Sem pretender apagar as diferenças de perspectivas, essa definição ampliada nos permite observar o movimento de constituição de um campo de estudos sem restringi-lo a um contexto histórico no qual gênero passa a se tornar a forma analítica preponderante.

¹Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas – Campinas (SP), Brasil. E-mail: bgcastro@unicamp.br

^{II}Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica (RJ), Brasil.

E-mail: moguedes@yahoo.com.br

Recebido em: 18/03/2019. Aprovado em: 06/09/2019.

Mais do que realizar um tratamento quantitativo exaustivo, que escapava aos esforços de produção deste artigo, perseguimos duas ideias: como as publicações sobre gênero e trabalho, temática fundante dos estudos de gênero na sociologia, distribuem-se entre as revistas selecionadas para análise e quais foram as contribuições epistemológicas que ofereceram para a sociologia. Para tanto:

- Produzimos um banco de dados com três publicações generalistas das ciências sociais: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), a *Tempo Social* e a *Cadernos CRH*, e com as duas revistas especializadas em gênero anteriormente citadas. Selecionamos periódicos que já se encontravam consolidados no campo das ciências sociais no período anterior ao lançamento da *Cadernos Pagu* e da REF e que estão no mesmo patamar de avaliação Qualis/CAPES (A1) na área de sociologia². Como nosso esforço de investigação não pôde ser exaustivo, para os propósitos deste artigo selecionamos aquelas revistas que possuem toda a sua base de artigos disponível *on-line*³;
- Organizamos um “balanço dos balanços” dos estudos de gênero que foram publicados na *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) e uma análise qualitativa dos artigos das revistas generalistas.

Demos ênfase à maneira como a temática do trabalho foi tratada nesses periódicos, posto que esse é o tema que formou o campo de estudos de gênero na sociologia.

Estamos propondo que um dos modos de compreender a história dos estudos de gênero na sociologia brasileira é acompanhar os desdobramentos desse campo de reflexões. Com essas análises e balanços, vamos apresentar a história da construção do campo, seus principais debates e indicar como as ciências sociais foram impactadas pela profícua produção científica desse campo de estudos.

Os estudos de gênero nas revistas generalistas: uma discreta, mas persistente, presença

Quando analisamos o conjunto das revistas generalistas selecionadas notamos uma forte presença, nos primeiros números publicados, de artigos vinculados à temática das mulheres que tratam sobre trabalho e parentesco/família. Essas temáticas vão seguir presentes nas revistas ao longo do tempo. Trata-se de textos que, no fim da década de 1980, articulavam debates sobre sexo e questão das mulheres, ainda que nem sempre evidenciassem que trabalhavam essa

2 O primeiro número da RBCS saiu em 1986; o da *Tempo Social*, em 1989; e o da *Cadernos CRH*, em 1987. O recorte temporal do início dos periódicos generalistas analisados remonta a um contexto de transformações no campo das ciências sociais nacional, que passava por uma intensa expansão da pós-graduação. A Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), fundada em 1977, nos dá a dimensão desse processo. A associação passou a centralizar uma série de iniciativas do campo científico das ciências sociais. Além de se responsabilizar pela publicação da BIB a partir de 1979, a Anpocs passou a republicar a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* em 1986.

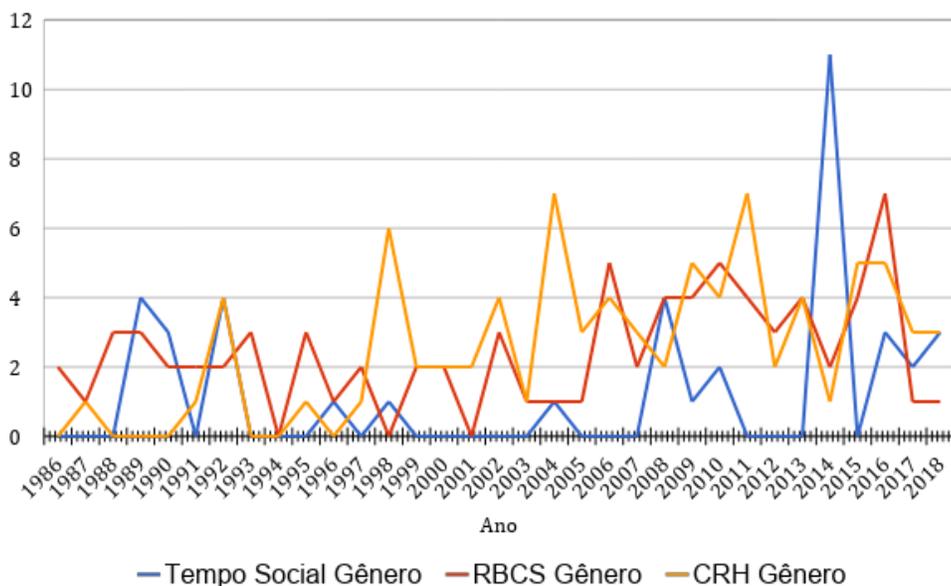
3 Reconhecemos que um levantamento mais exaustivo de revistas generalistas daria maior segurança para trabalharmos nossa hipótese de pesquisa e nos permitiria observar a diversidade temática e regional nas dinâmicas de publicação do campo de estudos de gênero. Este é, no entanto, um primeiro exercício de levantamento que proporciona uma análise mais qualitativa dessa dinâmica.

temática nos títulos dos artigos. Por essa razão, para a pesquisa realizada para este texto, construímos um banco de referências de uma maneira mais artesanal. Ou seja, empenhamo-nos em fazer buscas por palavras-chave que nos conduzissem aos artigos selecionados para análise também pelo conteúdo dos textos, e realizamos sua leitura para classificá-los em diferentes áreas temáticas e compreender como sexo, mulher, gênero e feminino eram mobilizados⁴.

Como demonstra o Gráfico 1, há grande oscilação no montante de artigos. Dos 1.307 artigos⁵ publicados pela RBCS entre 1986 e 2018, 65 compõem os estudos de gênero, o que corresponde a cerca de 5% do conteúdo

publicado pela revista (uma média de dois artigos por ano ou 1,5 por edição). Na *Tempo Social*, dos 815 artigos publicados entre 1989 e 2018, 40 tratam da temática (5% do conteúdo publicado pela revista, uma média de 1,37 artigo por ano ou 0,68 por edição). Na *Cadernos CRH*, dos 949 artigos analisados, 83 contemplaram nossa pesquisa (8% do conteúdo da revista, 2,7 artigos em média por ano). Destaca-se, diante disso, o maior peso relativo da temática nessa última.

No tocante ao destaque e à ênfase de dados, 14 artigos da RBCS (1% do total da revista) contêm a palavra “gênero” no título, seguidos por nove que contêm a palavra “mulher(es)”; dois, a palavra “sexo” (enquan-



RBCS: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.
Gráfico 1. Número absoluto de artigos com a temática de gênero publicados nas revistas generalistas por ano.

4 Buscamos por textos que contivessem no título ou no conteúdo as palavras-chave “mulher(es)”, “sexo”, “gênero”, “feminino/a(s)”, “feminista”, “sexualidade”.

5 Incluídas as resenhas, as entrevistas e as apresentações de dossiês.

to sinônimo de relações sociais de sexo ou de análise que trate de mulheres); e seis, a palavra “feminino/a(s)”. Na *Tempo Social*, 12 artigos apresentam a palavra “gênero”; sete, “mulher(es)”; sete, “feminina/o”; um, “sexo”; e um, “sexualidade”. Na *Cadernos CRH*, 14 artigos contêm a palavra “gênero” no título; oito, “mulher/es”; cinco, “feminina/o”; um, “sexo”; e um, “sexualidade”. Tomando em conta o conjunto de artigos das revistas, são raros os que apresentem já em seus títulos uma análise sobre mulheres, gênero, sexualidade ou feminismo.

Com relação às temáticas, os temas tratados pela RBCS no campo de estudos de gênero são, por ordem decrescente: trabalho (26,15%); sexualidade (24,62%); representação/participação política (12,31%); violência (10,7%); parentesco/família (10,7%); religião (3,08%); desigualdade (3,08%); raça (3,08%); teoria feminista (1,54%); masculinidade (1,54%); e história intelectual (1,54%). Na *Tempo Social*: trabalho (20%); cultura (20%); representação/participação política (10%); violência (5%); parentesco/família (5%)⁶. E na *Cadernos CRH*: trabalho (38,6%); parentesco/família (13,6%); cultura (7,95%); cidades (5,98%); educação e representação/participação política (4,55% cada); sexualidade, teoria/metodologia, velhice, educação e violência (3,41% cada); e artigos pontuais que articulam gênero a saúde e raça.

Os temas de parentesco/família e trabalho são inaugurais de análises sobre mulheres

nas revistas e as atravessam temporalmente. A temática da violência concentrou-se na virada da década de 1990 para 2000, como consequência das primeiras análises sobre as delegacias de atendimento especial a mulheres, e a temática da sexualidade, que vai predominar na temática de gênero da RBCS a partir de meados dos anos 2000, aparece discretamente na década de 1990 (Perlongher, 1993; Silveira, 1995).

A diversificação temática a partir dos anos 2000 é seguida por um ligeiro decréscimo nas publicações das temáticas de parentesco/família e trabalho. Apesar da redução relativa, o tema mantém-se presente, em termos absolutos. No que diz respeito à temática do trabalho, alguns dos textos escapam à análise de gênero ou da apresentação da situação das mulheres no trabalho de forma mais detalhada, ainda que as mulheres sejam a maioria das trabalhadoras nos contextos estudados, o que de certo modo é surpreendente⁷.

Chama a atenção o caso de autoras que pesquisam trabalho e gênero, mas cujas publicações não tratam da questão⁸. Não queremos apontar, com isso, nenhuma obrigatoriedade de abordar a temática de gênero no campo de estudos do trabalho. Apenas destacamos os possíveis efeitos de estratégias de publicação que podem ter se produzido após a fundação das conceituadas revistas interdisciplinares voltadas ao debate de gênero. Sendo essas estratégias racionalmente construídas ou não, gênero vai perdendo peso no início dos anos 1990 nas revistas generalistas.

6 Outros temas, tais como religião, teoria feminista, história das ideias e educação, aparecem uma vez cada na revista.

7 Este é o caso dos textos de Roberto Grun (1986) sobre trabalho bancário; da resenha de José Graziano da Silva (1987) sobre um livro sobre mulheres cafeicultoras de Verena Stolcke, que em momento algum faz referência às mulheres; e do artigo de Aracky Martins Rodrigues (1989) sobre funcionalismo público.

8 Esse é o caso, por exemplo, de Angela Maria Carneiro Araújo; Daniela Maria Cartoni; Carolina Raquel Duarte de Mello Justo, no artigo “Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90”, de 2001, e de Marcia de Paula Leite, com “A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades”, de 2009.

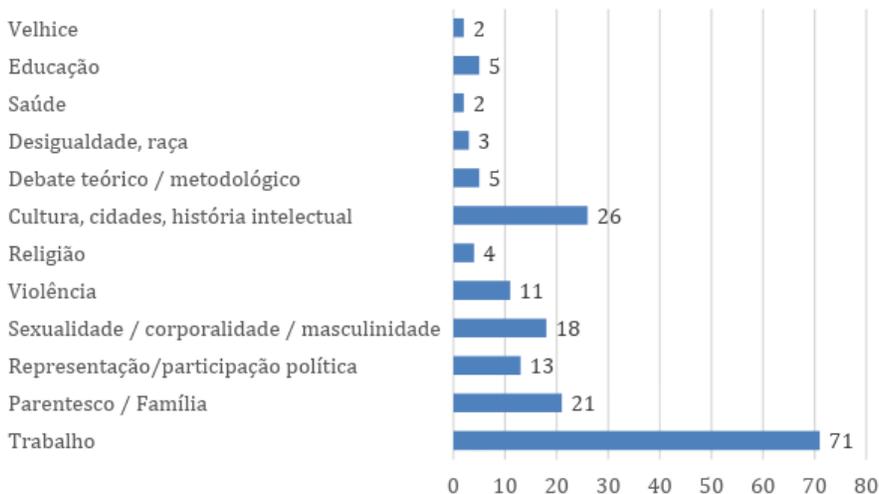
Após uma década de existência das revistas especializadas podemos observar, nas generalistas, o impacto de gênero na teoria social. A diversidade temática que contém as análises de gênero permite que o tema ocupe de maneira mais permanente o espaço dessas revistas. No levantamento realizado, como mostra o Gráfico 2, a temática de trabalho sozinha alcança 71 artigos, mais que cultura, cidades e história intelectual (26), parentesco/família (21), e sexualidade, corporalidade, masculinidade (18). Os temas que fundam o debate sobre gênero nas revistas generalistas seguem tendo peso importante, especialmente o trabalho.

Cadernos Pagu e revista Estudos Feministas: a diversificação temática e o lugar dos estudos do trabalho

Os primeiros números da revista *Cadernos Pagu* dedicaram-se à publicação de textos de “formação”, “resultado de mais

de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses” (Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003, p. 243). O primeiro número, de 1993, conta integralmente com textos de pesquisadoras do Pagu. Dois textos, especialmente, convidam a uma reflexão teórico-metodológica da categoria gênero (Kofes, 2005; Piscitelli, 2005).

Esse esforço formativo seguirá presente na revista, que vai publicar traduções de influentes debates em torno da categoria gênero. As autoras dos textos traduzidos nos primeiros dez anos da *Cadernos Pagu* eram e vieram a se tornar referências para o debate de gênero no Brasil, como é o caso de Joan Scott (2007), Louise Tilly (2007), Michelle Perrot (2008), Donna Haraway (1995), Marilyn Strathern (2011), Verena Stolcke (2006), Eleni Varikas (2007), Judy Wajcman (2012), Cynthia Cockburn (1998) e Judith Butler (1998). Nas décadas seguintes, foram



Fonte: banco de artigos das revistas *Cadernos CRH*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Tempo Social*, organizado pelas autoras.

Gráfico 2. Número absoluto de artigos publicados nas revistas generalistas com a temática de gênero segundo a temática que abordavam (1986–2018).

traduzidas, também, Anne Fausto-Sterling (2002), Gayatri Chakravorty Spivak (2016), Anne McClintock (2003), Gayle Rubin e Butler (2003), e novos textos de Donna Haraway (2004) e Judith Butler (2014), mais Avtar Brah (2016), Evelyn Fox Keller (2006), Raewyn Connell (2013) e, mais recentemente, Patricia Hill Collins (2017).

As temáticas do debate de gênero mais presentes nas revistas generalistas até o início dos anos 1990, trabalho e parentesco/família, aparecem de maneira mais tímida na revista. Essa menor presença desses trabalhos, comparativamente ao que se publicava nas revistas generalistas até então, é fruto do esforço editorial da revista em ampliar o escopo temático dos estudos de gênero⁹. Além dos textos formativos, os primeiros números concentraram grande produção de análises historiográficas que dialogam, por seu trabalho com fontes, com textos que tratam das representações das mulheres em diferentes mídias¹⁰. Nos primeiros dez anos da revista, os textos sobre parentesco/família aparecem mais do que os sobre trabalho, que só ganham destaque a partir dos anos 2000, por meio da organização de dossiês¹¹.

Os primeiros artigos a dialogar com a preocupação de uma sociologia que aproxima trabalho e gênero é do quarto número da revista, em 1995, a partir da historiografia, com Maria Izilda Santos de Matos (2008) e Bárbara Weinstein (2008). No quinto número, também em 1995, a antropóloga Martha Patrícia Ponce Jiménez (1995) analisa as mulheres camponesas, tratando-as como agentes, deslocando-se de análises sociográficas.

Será apenas a partir da publicação do dossiê “Gênero, tecnologia e ciência”, organizado por Elizabeth Bortolaia Silva, em 1998, que o debate sobre trabalho e gênero vai ocupar um espaço maior na revista. O número apresenta estudos de caso realizados em diferentes setores da economia que passavam por processos de transformação tecnológica, mobilizando os(as) pesquisadores(as) a repensar a dinâmica da divisão sexual do trabalho e a avançar na maneira como as habilidades e as competências pensadas para cada tarefa eram resignificadas com base no gênero (Soares, 1997; Segnini, 2012; Rapkiewicz, 2012; Rizek; Leite, 2012; Wajcman, 2012; Cockburn, 1998).

Entre todos os números da revista até 2018, mapeamos três dossiês que tratam di-

9 Como reconhecem as editoras da revista: “Concordamos que gênero não é, nem constitui, um tema. Se gênero for pensado como distinção categórica, como distinções entre características consideradas femininas e masculinas, que atravessam o social, gênero estará presente em qualquer recorte temático” (Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003, p. 244).

10 São exemplares desse entrecruzamento temático: “Imagens da prostituição na belle époque paulistana”, de Luiza Margareth Rago (n. 1, 1993); “Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)”, de Carla Bassanezi (n. 1, 1993); e “Imagens de Safo”, de Joaquim Brasil Fontes (n. 2, 1994). Do tratamento mulheres e mídia, “Histórias de (des)amores no ‘namoro no rádio’: afetos e narrativas”, de Adriane de Mello Boff (n. 3, 1994). A presença de uma historiografia preocupada com questões de gênero não se esgota na rede de Margareth Rago. Pedro Paulo Funari, também historiador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), contribui com duas resenhas e um artigo que se dedicam ao debate das mulheres na Antiguidade.

11 Destacamos que essa análise trata dos primeiros números. As fundadoras e editoras da revista reconhecem forte presença da temática do trabalho nos primeiros dez anos da revista. No artigo que escreveram para a REF com um balanço da *Cadernos Pagu*, Piscitelli, Beleli e Lopes (2003) destacam a diversidade temática dos 19 primeiros números da revista, que concentraria os temas de sexualidade e corporalidade (18%), seguidos de textos sobre teoria e práticas feministas (14%), raça (10%), trabalho (8%) e literatura (8%). Tanto no caso de raça quanto no caso de trabalho, é a presença de dois dossiês que permite ampliar a participação dessa temática na revista.

retamente da temática do trabalho na revista: o número 17/18, “Desafios da Equidade”, publicado em 2002 e organizado por Angela Maria Carneiro Araújo; o número 32, “Economias de Gênero”, publicado em 2009 e organizado por Nadya Araújo Guimarães; e o número 46, “Gênero e Cuidado”, publicado em 2016 e organizado por Helena Hirata e Guita Grin Debert. De fato, um terço dos artigos publicados na *Cadernos Pagu* com a temática do trabalho saiu em algum desses dossiês, somado ao anteriormente citado.

Se a temática do trabalho se reduziu no espaço das revistas generalistas e apareceu de forma tímida nos primeiros dez anos da *Cadernos Pagu*, ela ocupou grande espaço nesse mesmo período na *Revista de Estudos Feministas*. Um terço dos 134 textos publicados na REF que se dedica ao tema do trabalho saiu entre 1992 e 2002. Nesses dez primeiros anos da revista, há uma presença mais regionalmente diversa de pesquisadoras que trabalham com gênero e uma preocupação em se dirigir a um público mais amplo que o acadêmico, dialogando com movimentos sociais e buscando influenciar políticas públicas (Costa, 2004)¹².

O número inaugural da revista (0, de 1992), organizado por Lena Lavinas como

um projeto a ser apresentado à Fundação Ford para solicitar financiamento à REF (Costa, 2004), indica a presença desses textos acadêmico-militantes¹³. Nos primeiros dez anos da revista, o debate sobre gênero e sindicalismo será uma constante (*cf.* Cappellin, 1994; Castro, 1995; Delgado, 1996). Também marcarão presença os trabalhos que registram análises das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho (Abreu; Jorge; Sorj, 1994; Bento, 1995); estruturam análises gerais da inserção das mulheres no mercado de trabalho (Bruschini, 1994a; 1994b; Bruschini; Lombardi; 1999); mobilizam agendas de pesquisa para impactar políticas públicas (Cappellin, 1996; Lavinas, 1996; Barsted, 1996); apresentam análises de estudos empíricos que se dedicam a apresentar o estado da divisão sexual do trabalho, processos de feminização e os impactos das transformações produtivas nos trabalhos das mulheres (Abreu, 1993; Dumas, 1994; da Silva, 1995; Fonseca, 1996; Soares, 1997; Mello, 1998; Carvalho, 1998; Guimarães, 2001; McCallum, 1999; Bruschini; Lombardi, 1999; Lebon, 2000); articulam família e trabalho remunerado (Bruschini; Ridenti, 1995; Carreiras, 1997; Carvalho, 1998); e conceitualizam trabalho e gêne-

12 A publicação *Mulheres na CUT: uma história de muitas faces* (Bezerra de Lima, 2006) deixa esse entrelaçamento entre pesquisa e militância sindical. Nos agradecimentos da avaliação dos 20 anos de políticas de gênero na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Organizadora do dossiê agradece a colaboração de pesquisadoras que estarão presentes nos primeiros números da REF. São elas: Paola Cappellin, Vera Soares, Lena Lavinas, Eleonora Menicucci, Nalu Faria, Matilde Ribeiro, Nilde Balcão, Liliana Segnini, Angela Araújo, Margarida Barreto, Magda Neves, Helena Hirata, Cláudio Dedecca, Suley de Oliveira, Ana Alice Costa, Maria Betânia Ávila, Lais Abramo, Vera Gebrin, Graciela Rodriguez, Solange Sanches, Hildete Pereira, Nadya Castro, Maria José Araújo, Tatau Godinho, Rogéria Peixinho, Amelinha e Beth Muniz. Destacamos que a primeira comissão editorial da REF é composta de Albertina Costa, Ana Vicentini, Heloisa Buarque de Hollanda, Lena Lavinas, Maria Odila Silva Dias e, mais tarde, de Bila Sorj, Maria Luiza Heilborn, Maria Lucia Mott e Mary Garcia Castro. A despeito do empenho coletivo, Costa (2004) atribui a Lena Lavinas o esforço para a implementação do projeto.

13 Nele, Maria Berenice G. Delgado e Maria Margareth Lopes (1992) assinam o artigo “Mulheres trabalhadoras e meio ambiente: um olhar feminista no sindicalismo”, que analisa as associações criadas pelas quebradeiras de coco de babaçu do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e do Pará, indicando sua incorporação pela política sindical da CUT sobre meio ambiente e desenvolvimento, fruto da Eco-92.

ro (Saffioti, 1992; Hirata; Kergoat, 1994). A partir de 2004, há um esforço editorial em diversificar regionalmente as análises sobre os trabalhos das mulheres. Uma tendência que seguirá presente nos anos subsequentes da revista¹⁴.

Contribuições da sociologia dedicada aos estudos de gênero

Até aqui, dedicamo-nos a expor um perfil mais geral dos temas de pesquisa e sua distribuição em termos editoriais e temporais. Buscaremos, por meio da análise dos balanços já realizados na BIB¹⁵, intercalados com alguns destaques para a produção de mesmo período nas revistas generalistas, apontar para as principais contribuições dos estudos de gênero — especialmente gênero e trabalho — à sociologia.

O percurso dos artigos que analisam a produção de gênero na BIB é revelador do processo de institucionalização do campo e de um ator político que reconfigura as relações de poder em um cenário mais amplo: o movimento feminista e sua in-

terlocução direta com a produção acadêmica. Desse modo, propomos analisar os principais artigos que versam sobre mulheres e gênero¹⁶ em articulação a processos políticos e atores institucionais que influenciaram os desenhos da produção acadêmica voltada para o tema, para além do modo como a questão se insere no debate sociológico.

O período de surgimento da BIB, no fim da década de 1970¹⁷, é considerado um marco no florescimento dos chamados “estudos de mulher”. Em 1975, temos o ponto de virada na agenda feminista brasileira com a I Conferência das Nações Unidas sobre as mulheres, iniciativa que começa a desenhar as primeiras ferramentas de pressão internacional para a criação de políticas para as mulheres e plataformas comuns entre países. Nesse cenário, os estudos visavam explicitar as diversas demandas por igualdade e contaram, em parte, com o aporte de agências como a Fundação Ford para a realização inicial dessas pesquisas¹⁸. Cabe ressaltar a reiterada preocupação dos estudos de gênero em repensar-se por meio de balanços que ora visam dialogar internamente com as estudiosas do campo por meio de sín-

14 Cf. os dossiês “As agricultoras do Sul do Brasil”, organizado por Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo, em 2004, e “Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil”, organizado por Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro e Russel Parry Scott, em 2007.

15 Ao todo, analisamos, de forma detalhada, nove artigos que tratavam diretamente dos temas mulheres/gênero e outros cinco nos quais apareceu a condição feminina ou alguma menção a gênero (três de sociologia do trabalho e dois da sociologia da família). Esse *corpus* analítico pode ser considerado pequeno ante a preeminência de outros temas na BIB. Nesse sentido, a intensa expansão das pesquisas de gênero no país contrasta com a manutenção dos baixos patamares de publicação da temática na revista.

16 No caso da BIB, fizemos uma seleção meticulosa com base nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave que tratassem de gênero, mulheres, feminismo, e uma análise mais cuidadosa (leitura na íntegra) de artigos do campo do trabalho e família, alguns dos quais tinham elementos do debate de gênero no interior do texto, ainda que não anunciassem isso nos descritores utilizados.

17 A BIB foi lançada em 1977 pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e teve historicamente uma produção voltada para a revisão bibliográfica na área de ciências sociais no Brasil. Em 1979, passou a ser responsabilidade da Anpocs.

18 Corrêa (2001) destaca a experiência de grupo de alunas e professoras da área de ciências sociais da Unicamp, que criou um grupo de reflexão feminista e organizou três *Semanas da Mulher*, em 1978, 1979 e 1980, iniciando assim uma linha de pesquisa com mulheres.

teses dos eixos interpretativos privilegiados, ora buscam legitimar-se junto à teoria social mais ampla. Nessa segunda tradição, parecem-nos destacado, ao longo do conjunto de artigos analisados, o esforço de algumas autoras a fim de explicitar a contribuição epistemológica dos estudos de gênero, entendido não como um eixo temático apenas, mas como uma chave de leitura que desloca conceitos, perguntas e paradigmas.

Anos 1980, trabalho e família: a reprodução é indissociável da produção

Os dois primeiros artigos publicados na BIB, que discutem nosso campo de interesse (Pena, 1980; Aguiar, 1983), refletem esse impacto dos chamados estudos sobre mulheres dos anos 1970 na sociologia do trabalho. Ambos se debruçam sobre o trabalho assalariado feminino e o fazem por meio de uma perspectiva próxima: ampliar o conceito de trabalho de modo a incorporar o trabalho de reprodução social como parte indissociável da compreensão das dinâmicas femininas no campo da produção. Para tanto, além de afirmarem o peso da contribuição das mulheres para o desenvolvimento econômico por meio de uma participação laboral que vinha sucessivamente crescendo, as autoras destacam a estrutural desigualdade à qual estavam submetidas as trabalhadoras, uma vez que o trabalho invisível e não remunerado desenvolvido por elas no interior de seus lares as tornavam competidoras em desvantagem em relação aos trabalhadores homens.

O início dos anos 1980 é marcado pelo surgimento e pela ampliação do número de núcleos de estudos das mulheres — o conceito de gênero ainda não fora acionado — e pelo aumento, ainda que incipiente, da institucionalização do campo nas universidades. É evidente, nesse momento inicial, a relação mais imbricada entre feminismo e produção acadêmica, sendo esse diálogo o próprio foco de análise dos dois artigos seguintes publicados na produção da BIB. No artigo de Corrêa (1984), temos o aparecimento do feminismo como lócus de análise, sendo sua ampliação pensada como um importante elemento que influenciou a própria pesquisa acadêmica.

Seguindo essa linha argumentativa de modo mais sistemático, Goldberg (1989) analisa o próprio feminismo e suas contribuições acadêmicas. Para tanto, a autora pensa uma periodização em dois momentos: um primeiro de “Emancipação feminina a um movimento de mulheres feminista” (1963-1978), que cobre as etapas de gênese, institucionalização e afirmação social e política do movimento feminista no Brasil ao longo da ditadura, e um segundo “Das mulheres em movimento ao feminismo de Estado” (1979-1988), que discute os rumos desse movimento desde a abertura política até o momento em que o artigo é publicado.

No espaço temporal de cinco anos entre o artigo de Corrêa e o de Goldberg, acontecem uma série de encontros de núcleos de pesquisa e o adensamento do campo de estudos de gênero no Brasil¹⁹.

19 Ricoldi (2017) ressalta que até 1985 haviam sido registrados sete núcleos universitários com expressivas acadêmicas à frente do processo: o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) (PUC-RIO, Fanny Tabak, 1980); o Núcleo de Estudos e Informação sobre a Mulher (Nedim) (UFC, Zaira Ary, 1981); o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) (UFBA, Ana Alice Costa, 1983); o Núcleo Mulher/Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher (UFRGS, Maria Noemi Castilhos Brito, 1984); o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) (UFMG, Glaura Vasques de Miranda, 1984); o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero (NIEG) (UFSC, Miriam Grossi, 1984); e o Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge).

Nas revistas generalistas, os artigos que tratam de mulheres e parentesco, família e trabalho, de meados dos anos 1980 até meados de 1990, dividem-se entre a antropologia que trabalha com o meio rural e a sociologia do trabalho. Se ambas partem de diferentes desenhos de pesquisa e referenciais teóricos, elas parecem compartilhar uma mesma premissa, que nomeamos aqui, para finalidades explicativas (a despeito de potencialmente redutora), de materialista. Essas publicações partilham de uma perspectiva analítica que enfoca a análise das transformações produtivas e suas consequências para a organização social dos grupos estudados²⁰.

Destacamos, da RBCS, o artigo de Mauro Almeida (1986) que analisa as mudanças na divisão sexual do trabalho entre os mundurucu após introdução da produção da borracha em troca de artigos manufaturados²¹ e o artigo de Helena Hirata (1986) que buscava romper com as visões tradicionais da economia política, pensando o trabalho doméstico, o da família e o não mercantil e disputava noções caras ao debate marxista

clássico. Helena Hirata posicionava-se, portanto, em uma disputa teórica que rendeu grande contribuição epistemológica ao campo de estudos sobre o trabalho. Nesse artigo, especialmente, ela explicou que o pressuposto teórico que trata o trabalho como mercadoria incorpora a ideia da equivalência como ponto de partida. Ao tratar o trabalho como categoria abstrata tornamos invisíveis as relações de opressão e de dominação que existem fora da esfera mercantil e que também operam nela.

Na *Tempo Social*, destacamos artigos de Elisabeth Souza Lobo (1989), “Experiências de Mulheres, Destinos de Gênero”; Daniele Kergoat (1989), “Da divisão do trabalho entre os sexos”; e de José César Gnaccarini (1989), “O Rapto das Donzelas”, sobre família/relações de parentesco, todos publicados em 1989²². Lobo (1989) trabalha com as representações que as operárias de uma indústria de autopeças construíram sobre a própria experiência coletiva de trabalho com base em suas histórias de vida, o que a permite articular trabalho doméstico e assa-

20 Fazemos referência, aqui, aos artigos: “Redescobrimo a família rural”, do antropólogo Mauro Almeida, publicado na primeira edição da RBCS, em 1986; “Trabalho, família e relações homem/mulher – reflexões a partir do caso japonês”, de Helena Hirata, na primeira edição da RBCS, em 1986; “Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil”, de Helena Hirata e John Humphrey, em 1989; “Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste”, da antropóloga Ellen F. Woortmann, publicado na RBCS, em 1992; “O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil”, da antropóloga Marie-France Garcia, publicado na RBCS, em 1992. Mais tarde, artigos dessa mesma perspectiva se mantêm, com: “Reestruturação produtiva nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços”, de Sonia Laranjeira, de 1997; “Urbanização e emprego doméstico”, da socióloga Christine Jacquet, publicado em 2003 na RBCS; “Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida”, de Lília Montali, publicado na RBCS, em 2000.

21 A mudança dos marcos produtivos da terra, sua mercantilização e os desdobramentos para a divisão sexual do trabalho ou organização do sistema de sexo/gênero foi tema de outros artigos na virada dos 1980 para os 1990 no Brasil. Foi o caso, na RBCS, dos artigos de Ellen F. Woortmann, “Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste”, publicado em 1992; de Marie-France Garcia, “O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil”, também de 1992; e de Christine Jacquet, “Urbanização e emprego doméstico”, de 2003.

22 No mesmo número, também publica Carmen Barroso, “As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do plano mundial de população”, sobre políticas públicas.

lariado, trabalho e família. Daniele Kergoat (1989) defende uma agenda de pesquisa que articula trabalho assalariado e doméstico usando a ideia de divisão sexual do trabalho para “articular” e “imbricar” diferentes relações sociais. Ela se contrapõe às agendas de pesquisa que hierarquizavam classe ou relações sociais de sexo, e defende sua coexistência — ideia que ela vai retomar no debate contemporâneo sobre interseccionalidade²³. Já José César Gnaccarini (1989) analisa uma modalidade de casamento que denomina de rapto consentido de mulheres, no contexto rural do interior de São Paulo entre 1900 e 1950, para propor que no regime do colonato, que vigia nesse contexto, a circulação de mulheres deve ser pensada como força de trabalho.

Descartando da produção paulista, também no primeiro ano da revista *CADERNOS CRH*, em 1987, Guaraci Adeodato Alves de Souza, socióloga e demógrafa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), explica o declínio da mortalidade e da fecundidade nos diferentes extratos sociais e regiões do país a partir das “mudanças nas relações sociais de produção” (Souza, 1987, p. 1) que redefinem a maneira como os trabalhadores se inserem na produção e “as formas pelas quais as famílias das classes trabalhadoras se organizam para produzir sua vida imediata” (Souza, 1987, p. 1-2). Guimarães e Castro (1987) publicam um artigo no qual defendiam que um “novo padrão de articulação da economia nacional”, mais oligopolizada, reorganizava produção, circulação e consumo e, conseqüentemente, a natureza das relações de trabalho, alterando “a natureza dos atributos que qualificam o trabalhador, tais

como sexo, idade e escolaridade” (Guimarães; Castro, 1987, p. 2).

Essa era a agenda de pesquisa da sociologia sobre família, trabalho e “mulheres” apresentada às revistas generalistas analisadas nessa segunda metade da década de 1980 e que se encontra com os balanços analisados na primeira seção do artigo: há tanto um esforço em dialogar com a teoria social e influenciá-la ao demonstrar como gênero atravessa o conjunto das relações sociais, quanto análises mais voltadas a demonstrar como pensar as mulheres modifica a maneira como tratamos determinado campo de pesquisa.

Anos 1990: gênero como categoria analítica

Lobo (1991) retoma na BIB a contribuição dos estudos de gênero para a sociologia do trabalho fazendo uma defesa da categoria analítica, que, segundo a autora, “constrói ao mesmo tempo uma relação social/simbólica sem estabelecer uma mecânica de determinação” (Lobo, 1991, p. 11) — em contraposição ao conceito de patriarcado. Influenciada pela seminal proposição de Scott de que os estudos de gênero funcionariam no campo historiográfico como um suplemento, entendido não como adição ou apêndice, mas como substrato de uma reescrita da história, ela propõe que o mesmo esforço seja empreendido na sociologia. Esse posicionamento coloca nova perspectiva para nosso campo: a possibilidade de uma contribuição epistemológica, que questione conceitos, linguagens e as perguntas historicamente construídas em torno do mundo do trabalho. A autora provoca novas interpretações ao constatar que se trabalhou até

23 Daniele Kergoat é crítica à ideia de interseccionalidade por entender que ela trata categorias de análise de maneira “geométrica” e sem dar conta, necessariamente, de relações sociais e suas articulações. A socióloga defende que devemos nos ater às imbricações entre as relações sociais de classe, gênero e raça (Kergoat, 2010).

os anos 1990 com um conceito de classe construído por meio de uma representação masculina do operário.

A despeito da marca neoliberal das políticas dos anos 1990, as feministas estavam impulsionadas em suas iniciativas pela bem-sucedida estratégia do chamado *lobby do batom* no congresso, que conseguiu imprimir à Constituição de 1988 uma série de avanços nos princípios do documento, que contribuíam com a construção de percepção mais igualitária entre homens e mulheres.

Biroli (2018) destaca que não haveria vácuo entre essa luta e a dos anos 2000. Segundo a autora, teriam havido, nesse momento, mudanças nos padrões de interação com o Estado por meio do surgimento de organizações centrais ao delineamento das ações do movimento feminista no Brasil. Este é o caso da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), fundada em 1994, com o intuito de coordenar as ações do movimento de mulheres brasileiras visando sua consolidação como sujeito político no contexto da preparação da participação brasileira na Conferência de Beijing²⁴.

No campo acadêmico, como aponta Ricoldi (2017), os concursos realizados pela Fundação Carlos Chagas, com o apoio da Fundação Ford, que se iniciaram nesse período, foram fundamentais para a consolidação das pesquisas de gênero no país. Segundo a autora, o contexto interno favorecia o interesse por esse tipo de tema e a oferta de bolsas para realização de pesquisas durante 20 anos foi um impulso importante para o crescimento acentuado que os estudos sobre mulher e gênero experimentam a partir da década de 1990²⁵ no Brasil.

Como consequência desse florescimento do campo dos estudos de gênero e sua institucionalização cada vez mais consolidada temos a criação das duas principais revistas acadêmicas do campo: REF (1992) e *CADERNOS Págu* (1993).

Essas duas publicações foram fundamentais para legitimar e divulgar os estudos de gênero junto à comunidade acadêmica mais ampla das ciências humanas e sociais no país. O esforço de institucionalização levado a cabo pelas editoras, que estiveram à frente das revistas, rendeu frutos importantes, entre os quais se destaca a ampla aceitação da temática por meio de uma produção continuada de alta qualidade, com boa circulação, que alcança cada vez mais pesquisadores internacionais, tais como autores e leitores dos artigos ali publicados. Em um período histórico no qual o próprio modo de se fazer ciência no Brasil ganha nova institucionalização, com a ampliação das pós-graduações e novas formas de avaliar a produção acadêmica, parece que ambas se adequaram às novas regras e enquadramentos nos modos de divulgação, nos sistemas de parecer e nos padrões de internacionalização.

Anos 2000: diversificação temática, novas revistas e “feminismo de Estado”

No caso dos balanços da BIB, a lacuna temporal entre o artigo de Lobo (1991) e o de Araújo (2001) é de dez anos. A temática de gênero, no entanto, volta à BIB com a mesma perspectiva centrada na contribuição epistemológica do artigo anterior. No caso do trabalho de Araújo, a vasta con-

²⁴ Agradecemos à/ao parecerista essa precisão.

²⁵ Foram oito concursos ao longo de 20 anos, durante os quais os 170 projetos aprovados contaram com assessoria e monitoramento. Para além da concessão de bolsas, houve a criação de um ambiente de discussão e continuada avaliação do andamento dos trabalhos.

tribuição para a ciência política por meio da análise da participação política das mulheres se fundamentou em críticas a estudos baseados em estereótipos e preconceitos, que tomavam como pressuposto a existência de um desinteresse político por parte das mulheres. Nesse sentido, o enfoque de gênero questiona a objetividade do conhecimento produzido e explicita a forma como muitas suposições foram assumidas *a priori* como dados científicos.

A autora salienta ainda a resistência, por parte do núcleo duro da ciência política, em incorporar a produção desse campo de estudos de gênero. Um dos fatores identificados para essa tendência é que a crítica ao predomínio de análises sobre instituições e a métodos quantitativos por parte dos *women studies* teria gerado o abandono de temas e dimensões analíticas que se consolidaram historicamente como objetos clássicos da sociologia e da ciência política.

De fato, a antropologia parece ter sido a disciplina mais afetada pela produção dos estudos de gênero, com vasta produção de artigos dessa temática em seus principais periódicos por meio de ampla gama de temas de pesquisa, seguida pela sociologia — com uma concentração temática nos estudos que pensam o mundo do trabalho —, e finalmente a ciência política aparece como o campo que mais trata a produção de gênero como marginal.

Nos anos 2000, temos uma mudança institucional importante no modo de se construir o debate científico, cada vez mais centrado na produção de artigos em periódicos indexados. No campo dos estudos de gênero, uma série de revistas se debruça sobre a temática, e são criadas, nesse período: a revista *Gênero*, de 2000, editada pelo Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (Nuteg) do Programa de Pós-Graduação em

Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF); a revista *Bagoas*, de 2007, publicada pelo Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e a revista *Sexualidad, Salud y Sociedad*, fundada em 2009 pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (Clam) do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

A temática passou a ocupar seu espaço nos principais encontros das associações científicas, a ter um número crescente de grupos de pesquisa registrados no CNPq e a se expandir em linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação, que multiplicaram formadores desse campo de estudos no território nacional (França; Facchini, 2017).

Para avaliar o período é preciso levar em conta um ator institucional que desempenha papel central no crescimento das pesquisas de gênero, que continua acentuado nesse período (início dos anos 2000): a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Criada em 2003 pelo então presidente Lula, ela foi um divisor de águas na promoção da perspectiva transversal de gênero no desenho das políticas públicas brasileiras. Como ressalta Carvalho (2018), o primeiro órgão federal com largo escopo de atuação com o intuito de defesa dos direitos das mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi criado apenas em 1985 e teve forte atuação nesse período inicial. Na década de 1990, ele perde suas prerrogativas e passa a funcionar de maneira limitada com base em decisões governamentais. A SPM seria resultado de forte atuação do movimento de mulheres e feministas do Brasil, tendo criado mecanismos formais que respondem às demandas, às reivindicações e à agenda pela construção de políticas para as mulheres.

Entre as políticas que mais impactaram a produção acadêmica do campo, além da construção de uma série de materiais didáticos e publicações de livros que discutiam gênero, temos o Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005 junto com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Seu objetivo era estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país, além de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Esse chamado feminismo de Estado (Miguel e Birolli, 2014) produziu uma reverberação dentro e fora do cenário acadêmico, o que possivelmente levou diversos pesquisadores a introduzirem a perspectiva de gênero em diálogo com seus temas de pesquisa, ainda que de forma marginal²⁶. Essa tendência pode ser constatada em alguns dos demais artigos desta coletânea, nos quais a articulação de algumas pesquisas com a temática de gênero desponta como traço de parte da produção acadêmica recente em seus campos.

Curiosamente, apesar dessa expansão, dois dos balanços publicados na BIB nos anos 2000 não têm o gênero como elemento central. Scott (2004), um dos poucos autores homens a figurar no quadro de artigos selecionados para nossa análise, constrói sua linha argumentativa indagando como o pensamento social que constrói nações incorpora as relações entre mulheres e homens no seu quadro interpretativo. O gênero, no entanto, aparece tangencialmente na interpretação do papel feminino na família e no modo

como as relações de poder entre homens e mulheres foram se delineando na sociedade brasileira.

Hazeu e Silva (2014) apresentam discussão de uma pesquisa realizada com mulheres migrantes nas periferias de Belém, nos dados do Censo Demográfico 2010 sobre essa migração e nas realidades migratórias de outras cidades, assim como no contexto amazônico. De modo mais amplo, os autores indagam-se se há especificidades na migração internacional de mulheres. O eixo teórico central gira em torno da questão migratória, sendo o gênero frequentemente empregado como um sinônimo descritivo de sexo.

Sanchez (2017) retoma alguns elementos trazidos por Araújo (2001), mas discute a participação feminina na política a partir da constatação de que o quadro estagnado de baixa representatividade contrasta com os intensos avanços das mulheres nos campos educacional e laboral assistidos nas últimas décadas do século XX. A autora ressalta também que o debate sobre cotas para mulheres na política tem se modificado da defesa da reserva de candidaturas, como ocorre no cenário brasileiro, para a defesa da reserva de vagas no próprio parlamento. Os 15 anos que separam o artigo de Sanchez (2017) e o de Araújo (2001), que tem temática bastante próxima, não apontam avanços expressivos na incorporação de uma perspectiva feminista na ciência política.

No caso do conjunto de artigos que não tratam o gênero de forma central, a temática aparece como um dos eixos temáticos propostos dentro de uma linha argumentativa

26 O feminismo, enquanto movimento social, ganha nova expressão e força a partir do advento das redes sociais. No início da década seguinte, com atos políticos e manifestações de massa nas grandes capitais do país, tais como a Marcha das Vadias, a Marcha das mulheres negras e a Primavera das Mulheres, consolidam o que algumas teóricas consideram a quarta onda do movimento feminista (Schumacher, 2018).

mais ampla. É interessante notar, contudo, que a possível estratégia cumpre um papel de diálogo e ampliação dos interlocutores da temática no campo das ciências sociais. Isso porque, em alguns casos, tratam-se de pesquisadoras com larga experiência e reconhecida produção na linha de gênero que optam por construir seus artigos por meio de chaves de leituras mais amplas (Sorj, 1983; Castro; Leite, 1994).

No exame que fizeram das revistas especializadas em estudos de gênero, a *Cadernos Pagu*, a *Gênero*, a REF, a *Bagoas* e a *Sexualidade, Salud y Sociedad*, Isadora Lins França e Regina Facchini (2017) encontraram que 18,9% dos artigos publicados são sobre “poder, política e cidadania”. Na REF, o tema é seguido por “Ciência e Tecnologia” e a temática da sexualidade, quando não tratada como ponto principal do texto, mas nele presente, abrange 24% do conjunto dos artigos publicados nessas revistas. Seu levantamento é indicativo da diversificação temática presente nas revistas, que se distingue dos temas publicados nas revistas generalistas analisadas até então.

Esse quadro parece revelar, no campo das ciências sociais, uma estratégia mais centrada em privilegiar os canais de diálogo internos ao campo de estudos de gênero em detrimento de uma ocupação mais sistemática dos tradicionais periódicos, como é o caso da BIB. É interessante notar, contudo, que nos estudos aqui analisados houve grande heterogeneidade na forma como o conceito de gênero foi utilizado em cada artigo. Outro elemento a ser destacado são as diversas estratégias narrativas e políticas adotadas pelas autoras de cada temática a fim de ampliar os interlocutores dessa produção para além das barreiras — interpostas ou criadas — dos próprios estudos de gênero.

Considerações finais

Propusemos como hipótese de trabalho deste artigo que a criação das revistas especializadas, no início dos anos 1990, alterou a dinâmica das publicações dos estudos de gênero no campo das ciências sociais, concentrando os artigos que se distribuam nas revistas generalistas e, em determinado período, reduzindo seu espaço e sua visibilidade. Ao mesmo tempo, o crescimento e a consolidação das pesquisas levaram a uma diversificação temática que se repôs nas dinâmicas de publicação nas revistas generalistas a partir dos anos 2000. Nesse período, as publicações de artigos que envolvem a temática de gênero passaram a se concentrar em estratégias de organização de dossiês.

O que podemos observar é que até o lançamento das revistas especializadas em gênero, o debate sobre mulheres e gênero se concentrava nas temáticas de trabalho e família. Se, por um lado, há redução desses temas nas revistas generalistas nos primeiros anos das publicações especializadas; por outro lado, eles não desaparecem. O debate sobre trabalho, mulheres e gênero se concentra, no primeiro momento da década de 1990, na REF, e passa a reocupar os espaços das revistas generalistas da segunda metade da década em diante, especialmente por meio de dossiês temáticos. Os dossiês também ocuparão importante papel para dar visibilidade à temática do trabalho na *Cadernos Pagu*.

Neste artigo, pudemos demonstrar que as publicações sobre gênero se contraem nas revistas generalistas logo em seguida ao lançamento da *Cadernos Pagu* e da REF. A divulgação científica para fora do campo especializado foi retomada a partir dos anos 2000, com maior diversificação dos temas abrangidos pelo debate de gênero. Essa diversificação se traduzia nos esforços edito-

riais das duas revistas em questão. Se elas foram bem-sucedidas em mobilizar o debate de gênero e incentivar a pesquisa nesse campo, conforme suas editoras pretendiam em sua fundação, elas também foram bem-sucedidas em ampliar o debate sobre gênero nas ciências sociais, ao dar legitimidade e visibilidade a esse campo de pesquisa.

A despeito da presença constante de artigos com análises de gênero nas revistas generalistas, é preciso chamar a atenção para sua presença ainda discreta e que ocorre, de maneira mais intensa, nos momentos de organização de dossiês temáticos. Se a diversificação temática permitiu a expansão das publicações de gênero também para fora das revistas generalistas, é preciso sinalizar para o esforço constante de ocupação de seu espaço por meio de estratégias coletivas de publicação.

Os elementos analisados neste artigo apontam para maior diversificação temáti-

ca a partir dos anos 2000 nos estudos que se associam a gênero. Diversificação, especialmente puxada pela antropologia, com a incorporação de temáticas como sexualidade, direitos reprodutivos e masculinidades, pouco trabalhadas pela sociologia. Por outro lado, destacamos uma concentração temática da sociologia quando se pensa em gênero. É de trabalho que mais falamos quando falamos de gênero na sociologia. Nesse sentido, é ímpar atentar para as contribuições epistemológicas que a sociologia de gênero deu à teoria social. Ao trabalhar gênero como reescrita da realidade social, foi possível alargar categorias e conceitos e deslocar perguntas e espaços de investigação. Se a influência dos estudos de gênero não fica evidente, à primeira vista, no espaço que ocupa nas revistas generalistas, a transversalidade que ocupa nos temas e nas áreas das ciências sociais é alvissareira.

Bibliografia

- ABREU, A. R. de P. Trabalho e Qualificação na Indústria de Confecção. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 2, p. 293, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16065>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- ABREU, A. R. de P.; JORGE, A. F.; SORJ, B. Desigualdade de Gênero e Raça O informal no Brasil em 1990. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 153, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16101>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- AGUIAR, N. Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 16, 1983.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 1, v. 1, p. 66-83, 1986.
- ARAÚJO, C. Participação política e gênero: algumas tendências analíticas recentes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 52, 2001.
- BARROSO, C. As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do plano mundial de população. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 183-197, 1989. <https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83344>

- BARSTED, L. de A. L. Gênero, Trabalho e Legislação Trabalhista no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 447, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16815>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BASSANEZI, C. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 112-148, 1993.
- BENTO, M. A. S. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 479, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BEZERRA DE LIMA, M. E. (org.). **Mulheres na CUT: uma história de muitas faces – 1986-2006**. São Paulo: CUT, 2006.
- BIROLI, F. Mulheres na política, as conferências e o ciclo democrático. In: MATOS, M.; ALVAREZ, S. (orgs). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2018. v. 2. p. 297-310.
- BOFF, A. de M. Histórias de (des)amores no “namoro no rádio”: afetos e narrativas. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 165-195, 1994.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000100014>
- BRUMER, A; PAULILO, M. I. As agricultoras do sul do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 171, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100009>>. Acesso em: 11 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100009>
- BRUSCHINI, C. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 179, 1994a. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16102>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRUSCHINI, C. Trabalho Feminino trajetória de um tema perspectivas para o futuro. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 17, 1994b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1-2, p. 9, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho Domiciliar Masculino. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 363, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16446>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>
- CAPPELLIN, P. A Valorização do Trabalho Feminino contextualizando as ações positivas. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 158, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16665>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CAPPELLIN, P. Viver o Sindicalismo no Feminino. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 271, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16110>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CARREIRAS, H. Família, Maternidade e Profissão Militar. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 69, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12561>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CARVALHO, L. P. A SPM e as políticas para as mulheres no Brasil: saltos e sobressaltos em uma institucionalização das demandas das agendas feministas. In: MATOS, M.; ALVAREZ, S. (orgs). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2018. v. 1. p. 87-139.
- CARVALHO, M. P. de. Vozes Masculinas numa Profissão Feminina. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 406, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12017>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

- CASTRO, M. G. Gênero e Poder no Espaço Sindical. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, p. 29, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16913>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CASTRO, N. A.; LEITE, M. de P. A sociologia do trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 37, 1994.
- COCKBURN, C. Os homens e a geração de mudanças. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 399-440, 1998.
- CONNELL, R. Masculinidade corporativa e o contexto global: um estudo de caso de dinâmica conservadora de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 40, p. 322-344, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332013000100010>
- CORDEIRO, R. de L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 419-423, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X20070002000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200008>
- CORRÊA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.
- CORRÊA, M. Mulher e política: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 18, 1984.
- COSTA, A. de O. Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**, v. 12, núm. esp., p. 205-210, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300022/9518>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DA SILVA, L. H. Admitimos Mulheres para Trabalhos Leves. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 349, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16445>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DELGADO, M. B. G. Mais Mulheres na Direção da CUT. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 138, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16663>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DELGADO, M. B. G.; LOPES, M. M. Mulheres trabalhadoras e meio ambiente: um olhar feminista no sindicalismo. **Estudos Feministas**, v. 0, n. 0, p. 155, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15809>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- DUMAS, L. Saúde e Segurança das Trabalhadoras do Quebec: Um campo de pesquisa-intervenção. **Estudos Feministas**, núm. esp., p. 99, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16097>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100002>
- FONSECA, C. A Dupla Carreira da Mulher Prostituta. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 7, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- FONTES, J. B. Imagens de Safo. **Cadernos Pagu**, n. 2, p. 113-139, 1994.
- FRANÇA, I. L.; FACCHINI, R. Estudos de Gênero no Brasil: 20 anos depois. In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia Brasileira Hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. v. 1. p. 283-358.
- GARCIA, M.-F. O segundo sexo do comércio: camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 19, jun. 1992.
- GNACCARINI, J. C. O rapto das donzelas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1º mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i1.83342>

- GOLDBERG, A. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 28, p. 42-70, 1989.
- GRUN, R. Taylorismo e fordismo no trabalho bancário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 13-27, 1986.
- GUIMARÃES, A. S. A.; CASTRO, N. A. Movimento sindical e formação de classe: elementos para uma discussão teórico-metodológica. **Caderno CRH**, v. 1, n. 4, 1987. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v1i4.18897>
- GUIMARÃES, N. A. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 82-102, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100005>
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HAZEU, M.; SILVA, L. I. Migração internacional das mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 75, p. 89-129, 2014.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999. v. 2. p. 183-221.
- HILL COLLINS, P. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, p. e175118, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>
- HIRATA, H. Trabalho, Família e Relações Homem/Mulher - Reflexões a Partir do Caso Japonês **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, 1986.
- HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, out. 1989.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe Operária Tem Dois Sexos. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 93, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- JACQUET, C. Urbanização e emprego doméstico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 163-184, jun. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200009>
- JIMÉNEZ, M. P. P. Trabalho, poder, e sexualidade: histórias e valores femininos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 201-276, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1856/1977>>. Acesso em: 1º mar. 2019.
- KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13-34, 2006.
- KERGOAT, D. Da divisão do trabalho entre os sexos. *In*: HIRATA, H. (org.). Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, 1989.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- KOFES, S. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, p. 19-30, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1678>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

- LARANJEIRA, S. M. Reestruturação produtiva nos anos 90. Aspectos do contexto internacional no setor de serviços. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, fev. 1997.
- LAVINAS, L. Aumentando a Competitividade das Mulheres no Mercado de Trabalho. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 171, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16666>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- LEBON, N. Origens e desafios da profissionalização no movimento de saúde da mulher de São Paulo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 64, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9856>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- LOBO, E. S. Experiências de mulheres, destinos de gênero. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 169-182, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100011&lng=en&nrn=iso>. Acesso em: 1º mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/ts.v1i1.83343>
- LOBO, E. S. O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 31, p. 7-16, 1991.
- MATOS, M. I. S. de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 97-115, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1764>>. Acesso em: 1º mar. 2019.
- MCCALLUM, C. Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 1-2, p. 157, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11990>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- MCCLINTOCK, A. Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. **Cadernos Pagu**, n. 20, p. 7-85, 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100002>
- MELLO, H. P. de. De Criadas a Trabalhadoras. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 2, p. 323, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12011>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 42, fev. 2000.
- PENA, M. V. J. A mulher na força de trabalho. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 9, 1980.
- PERLONGHER, N. Antropologia das sociedades complexas: identidade e territorialidade, ou como estava vestida Margaret Mead. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 8, n. 22, p. 137-144, 1993.
- PERRON, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 2008.
- PISCITELLI, A. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu**, n. 1, p. 150-200, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1683>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- PISCITELLI, A.; BELELI, I.; LOPES, M. M. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, p. 242-246, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100015/8722>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- RAGO, L. M. Imagens da prostituição na belle époque paulistana. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 1, 1993.
- RAPKIEWICZ, C. E. Informática: domínio masculino? **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 169-200, 2012.
- RICOLDI, A. Trabalho, Família e Política: os estudos de gênero e os Grupos de Trabalho da Anpocs. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017. **Anais [...]**. ANPOCS, 2017.
- RIZEK, C. S.; LEITE, M. de P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 281-307, 2012.

- RODRIGUES, A. M. Práticas e representações de pequenos funcionários públicos de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 85-103, 1989.
- RUBIN, G.; BUTLER, J. Tráfico sexual – entrevista. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 157-209, 2003.
- SAFFIOTI, H. Reminiscências, Releituras, Reconceituações. **Estudos Feministas**, v. 0, n. 0, p. 97, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15803>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- SANCHEZ, B R. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 80, p. 103-117, 2017.
- SCHUMACHER, S. Os movimentos feministas ontem e hoje no Brasil: desafios da sua institucionalização. *In*: MATOS, M.; ALVAREZ, S. (orgs). **Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2018. v. 2. p. 21-56.
- SCOTT, J. W. Prefácio à Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 2007.
- SCOTT, R. P. Família, Gênero e Poder no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 58, p. 29-78, 2004.
- SEGNINI, L. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. **Cadernos Pagu**, n. 10, 147-168, 2012.
- SILVA, J. G. da. Café amargo – Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980) de Verena Stolcke. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 3, fev. 1987.
- SILVEIRA, F. L. A. da. Travesti: a invenção do feminino, de Hélio Silva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 27, fev. 1995.
- SOARES, A. Se Eu Pudessem Não Ser Caixa de Supermercado. **Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 82, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12562>>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- SORJ, B. O processo de trabalho na indústria: tendências de pesquisa. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 15, 1983.
- SOUZA, G. A. A. de. Não se fazem mais filhos como antigamente. **Caderno CRH**, Salvador, v. 1, n. 1, 1987. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v1i1.18902>
- SPIVAK, G. C. Literatura. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 9-53, 2016.
- STOLCKE, V. Mães para uma nova pátria europeia. **Cadernos Pagu**, n. 2, p. 198-204, 2006.
- STRATHERN, M. Entre uma melanesianista e uma feminista. **Cadernos Pagu**, n. 8/9, p. 7-49, 2011.
- TILLY, L. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 2007.
- VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 63-84, 2007.
- WAJCMAN, J. Tecnologia de produção: fazendo um trabalho de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 201-256, 2012.
- WEINSTEIN, B. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 143-171, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1766>>. Acesso em: 1º mar. 2019.
- WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em “comunidades pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 41-60, fev. 1992.

Resumo

A contribuição dos estudos de gênero para a sociologia: percurso e visibilidade nas revistas

O artigo propõe uma reflexão sobre o percurso e a visibilidade do campo de estudos de gênero na sociologia brasileira ao analisar sua presença em revistas generalistas desde meados da década de 1980. Apontamos para uma discreta, mas persistente, presença do tema marcada por transformações temáticas, políticas e editoriais. Sustentamos que as pesquisas sobre o trabalho, fundadoras do campo, permanecem presentes nas publicações e serão elas o fio de nossa investida. Por meio da análise de balanços bibliográficos da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB) e da análise de artigos das revistas generalistas, apresentaremos as principais contribuições dos estudos de gênero e trabalho para a sociologia, especialmente no alargamento de conceitos e metodologias e em uma nova perspectiva para se pensar os processos de produção e reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Estudos de gênero; Balanço bibliográfico; Desigualdade; Sociologia do trabalho.

Abstract

The contribution of gender studies to Sociology: path and visibility in general journals

This article proposes a reflection over the trajectory and visibility of the field of gender studies in Brazilian sociology by analyzing its presence in generalist journals since the mid-1980s. We point to a discreet but persistent presence of the theme, marked by the following transformations: thematic, politics, and editorials. We argue that the research on labor, who founded the discussions of gender in Brazilian sociology, remains present in the publications. Through the analysis of BIB's bibliographic reviews and the analysis of articles in generalist journals we will present the main contributions of gender and work studies to Brazilian sociology, especially in the broadening of concepts and methodologies and in a new perspective to think about the processes of production and reproduction of social inequalities.

Keywords: Gender studies; Bibliographic assessment; Inequality; Sociology of work.

Résumé

La contribution des études de genre à la sociologie : parcours et visibilité dans les revues générales

Cet article propose une réflexion sur l'itinéraire et la visibilité du champ des études de genre dans la sociologie brésilienne en analysant sa présence dans les revues généralistes depuis le milieu des années 1980. Nous soulignons la présence discrète mais persistante du thème, marquée par des transformations thématiques, politiques et éditoriales. Nous soutenons que la thématique du travail, qui est fondateur du débat sur le genre dans la sociologie brésilienne, reste présente dans les publications. Grâce à l'analyse des bilans bibliographiques du BIB et à l'analyse d'articles de revues généralistes, nous présenterons les principales contributions des études de genre et du travail à la sociologie brésilienne, en particulier dans l'élargissement des concepts et des méthodologies et dans une nouvelle perspective pour réfléchir aux processus de production et reproduction des inégalités sociales.

Mots-clés : Gender studies ; Bilan bibliographique ; Inégalité ; Sociologie du travail.